

Comissão da Indústria do PE em Aveiro



Por proposta da Deputada Regina Bastos, **uma delegação da Comissão da Indústria do Parlamento Europeu visitou o Distrito de Aveiro.**

Regina Bastos considerou *“muito importante esta visita por permitir sensibilizar os parlamentares europeus para o bom trabalho que se está a desenvolver na região e demonstrar os avanços tecnológicos na Universidade de Aveiro e a aposta no comércio externo e no desenvolvimento sustentável da economia”*.

Para Regina Bastos, a escolha de Aveiro tem a ver com o facto de este Distrito *“ter um índice de produtividade industrial superior ao nacional e interessa que seja tido como exemplo, que devem seguir outras regiões do país, para conseguirmos*

ultrapassar um ‘gap’ de produtividade em relação à média europeia”.

A delegação da Comissão da Indústria que integrou 11 Deputados de vários grupos políticos, visitou o **Europarque**, em Santa Maria da Feira, reuniu com a **Associação Empresarial de Portugal**, tendo visitado ainda as áreas de telecomunicações e de ciência e tecnologia da **Universidade de Aveiro**, a fábrica de porcelanas **Vista Alegre** e a **Companhia Industrial de Resinas Sintéticas (CIRES)**, em Estarreja.

Regina Bastos salientou que *“a União Europeia tem ajudado Portugal através dos Fundos Estruturais e de Coesão, mas é ainda necessário fazer muito para os potenciar. A aposta na formação e educação é sobretudo uma aposta de política nacional e se não o fizermos perdemos o futuro”*.

Carlos Coelho: "O Echelon existe"



“O Echelon existe. Com este nome ou outro qualquer. O Parlamento Europeu não deve ter dúvidas relativamente a isso”, afirmou o Deputado Carlos Coelho, em Estrasburgo.

“Há um risco sério de má utilização dessa rede, acrescentou. Um risco que é comercial que compromete a noção de 'fair trade', mas um risco, também, para as liberdades dos cidadãos.

A mesma UE que proclamou a Carta dos Direitos Fundamentais e que espero a venha a adoptar com força vinculativa não pode ser negligente neste área”.

Carlos Coelho, que presidiu à Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre o sistema ECHELON começou por *“agradecer a todos quantos colaboraram com empenho para este resultado final designadamente os especialistas e técnicos que convidámos e os que por e-mail e carta fizeram chegar os seus estudos e opiniões”*.

Carlos Coelho defendeu que *“há que ser mais eficaz na Relação Estados Unidos/ União Europeia. Na nossa deslocação aos Estados Unidos tivémos o bom acolhimento do Congresso e a hostilidade da Administração.*

O Relatório contém diversas Recomendações que são importantes. A Europa e os EUA devem cooperar lealmente em nome dos valores comuns que indiscutivelmente têm”.

Desmentindo os que vaticinavam que a Comissão nada iria produzir de concreto, Carlos Coelho salientou o facto de a Comissão propôr ao Plenário **44 Recomendações**, tendo destacado, pela sua importância, as seguintes:

- a necessidade de reforçar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem no que diz respeito à protecção da privacidade na Sociedade da Informação;*
- os pontos relativos à Relação entre a UE e os USA;*
- a necessidade de controlo parlamentar e jurisdicional sobre a actividade dos serviços secretos (e designadamente a interceptação de comunicações);*
- a necessidade da generalização de práticas de defesa como o uso de criptografia e de assinaturas digitais;*
- a necessidade das próprias instituições europeias darem o exemplo na utilização dessas tecnologias;*
- o pedido expresso aos países da União para futuramente acautelarem que a utilização do seu território por serviços de informação (seus ou de países terceiros) respeite a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.”*

Carlos Costa Neves chefiou a missão parlamentar europeia que acompanhou o processo eleitoral em Timor Leste.

Já em Agosto de 1999 tinha acompanhado o referendo que abriu caminho à independência e, na Primavera de 2000, visitado os campos de refugiados em Timor-Ocidental.

Voltei a Timor Leste, chefiando a Delegação do Parlamento Europeu que integrou a missão de observadores da União Europeia que avaliou o processo eleitoral tendente à formação da Assembleia Constituinte.

Um ou outro problema técnico, relacionado, nomeadamente, com os cadernos eleitorais, não foi de molde a pôr em causa a livre manifestação de vontade dos eleitores e a verdade dos resultados, daquela que foi mais uma impressionante lição de civismo dos timorenses que, em massa, acorreram às urnas.

Passo a passo, o poder político em Timor Leste vai passando para os timorenses, salientando-se, com particular ênfase, a responsabilidade que, neste processo, será assumida pela FRETILIN que, depois destas eleições, se afirma como a principal força política em Timor Leste.

A sua vitória é de tal forma ampla e a oposição sai tão fragilizada que, de todos, tem de se esperar redobrada sensatez. Tudo justifica o dar de mãos.

Os desafios são muitos. A reconstrução tarda. A

administração pública continua incipiente. O lançamento dos sistemas públicos de justiça, educação, saúde, é lento e penoso. O processo de desenvolvimento arranca num mar de dificuldades.

A administração das Nações Unidas teve muito de positivo, alcançou sucessos assinaláveis, mas ocupou, simultaneamente, demasiado espaço, pouco partilhando o seu poder com os timorenses. A presença de uma força militar internacional continua a ser de uma necessidade evidente. A dependência a médio/longo prazos, da solidariedade internacional é óbvia.

Está percorrida mais uma etapa de uma longa e complexa jornada que conduzirá à existência de um novo Estado que se deseja livre e independente. Resta esperar que todos saibam assumir a parte que lhes cabe nesse processo, começando pelos timorenses, as forças políticas que criaram, os novos órgãos de governo que se formarão e continuando pela comunidade internacional.

Estes são tempos de esperança, mas também, certamente, de muito trabalho e de alguma dificuldade. Que deles resulte o melhor para Timor Loro Sae!



Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE

Parlamento Europeu debate mudanças na China



Promovida pelo Deputado do PSD, **Vasco Graça Moura**, Relator do Parlamento Europeu sobre as relações da União Europeia com a China, realizou-se uma reunião pública da Comissão dos Assuntos Externos do PE sobre *“as mudanças políticas, sociais e económicas na China e perspectivas para o futuro das relações União Europeia-China”*.

Nesta reunião participaram, a convite do Relator, vários especialistas nas relações com a China, nomeadamente o General **Vasco Rocha Vieira**, último Governador português de Macau.

Na sua intervenção, Graça Moura salientou a crescente importância, em termos económicos, das relações da UE com a China (**em 1979 a China era o 34º parceiro comercial da União, hoje é o 4º**), do modo como as alterações políticas e ideológicas na China afectam igualmente o resto do Mundo e da crescente importância do papel da China na Ásia. Graça Moura falou ainda do

seu Relatório, que espera seja discutido e votado na sessão plenária do próximo mês de Dezembro.

Vasco Graça Moura referiu como objectivo desta reunião *“a audição da opinião de especialistas que seguem de perto as mudanças em curso na China e do que essas mudanças podem significar no curto e no longo prazo”*.

O General Rocha Vieira reputou esta iniciativa do Parlamento Europeu de *“muito importante”*, tendo considerado que *“a União Europeia deve fazer um esforço sério no sentido de incrementar as suas relações com a China, tanto mais que não se pode contornar o facto que a China é uma grande potência num mundo que é cada vez mais global”*.

O ex-Governador de Macau defendeu ainda *“uma maior cooperação da União Europeia e dos Estados Unidos no diálogo com a China, relativamente à abertura deste país ao exterior”*.

Para o Gen. Rocha Vieira, *“se a China se desenvolver, as suas potencialidades latentes de produção são de tal modo elevadas que não deixará de ter óbvias repercussões nas economias das outras regiões. Mas se a China não se desenvolver, não é só o destino de muitos milhões de pessoas que é posto em causa, mas também a retirada dos mercados internacionais de um importante volume de procura que põe em causa o crescimento continuado da economia mundial”*.

Rocha Vieira salientou que *“a incorporação bem sucedida da China na economia mundial, que é uma necessidade para que as actuais vulnerabilidades da Europa e do Japão não se acentuem, pressupõe que haja uma incorporação das perspectivas culturais chinesas nos padrões de análise ocidental”*.



Política Comum das Pescas debatida em Lisboa

Arlindo Cunha promoveu, juntamente com outros Deputados portugueses e o Gabinete do PE em Portugal, uma audição sobre o Relatório que o Parlamento Europeu está a elaborar relativo à revisão da Política Comum das Pescas.

No encontro, onde participaram armadores e

pescadores, esteve também o Secretário de Estado das Pescas.

Todos sublinharam que a linha defendida pelo Parlamento Europeu é mais correcta e mais próxima do interesse nacional português, do que a posição expressa no *Livro Verde da Comissão Europeia*.

O Relatório contempla muitas das reivindicações do sector pesqueiro nacional, nomeadamente a possibilidade da assinatura de acordos bilaterais com países terceiros e o aumento da fiscalização, tanto interna como externa, dos Estados-Membros.

Luta contra o terrorismo

Carlos Coelho, no debate sobre o combate ao terrorismo, (uma semana antes dos atentados) defendeu *“a necessidade de medidas efectivas, claras e rápidas para prevenir e combater quaisquer actos de terrorismo, qualquer que seja a sua forma ou tipo de manifestação.*

Rejeitamos e condenamos todos os actos de terrorismo. São intoleráveis pela violência cega que os caracteriza e que atingem na sua maioria cidadãos inocentes. Estamos conscientes, acrescentou, que constituem um dos mais temíveis desafios que se colocam às nossas sociedades”.

Carlos Coelho salientou que *“a União Europeia tem registado um aumento do número de actos de violência e terrorismo. Este aumento revela que os meios clássicos de cooperação judiciária e policial não são suficientes, designadamente tendo em conta que estão continuamente a surgir novas formas de terrorismo, como é o caso do terrorismo informático ou do terrorismo ambiental. Sabemos também que cada vez mais estes actos terroristas resultam da actividade de redes organizadas à escala internacional, que acabam por tirar proveito das diversas limitações jurídicas e da diversidade de legislações nacionais”.*

Para Carlos Coelho, *“é lamentável que a maioria dos Estados Membros não disponha de legislação específica nesta área. Apenas 6 Estados Membros (entre os quais se inclui Portugal), dispõem de legislação específica; e de entre estes 6 apenas 4 (onde se inclui Portugal) adoptaram uma definição da noção de terrorismo na sua legislação”.*

Carlos Coelho lembrou que o Tratado de Amesterdão, *“ao adoptar o princípio da solidariedade no combate ao terrorismo, veio abrir novas possibilidades para uma acção coordenada da União Europeia. E com os compromissos assumidos em Tampere o terrorismo passa a estar integrado na abordagem global de luta contra a criminalidade, tendo sido criadas equipas de inquérito comuns, e tendo sido dado um mandato expresso à Europol nesta área”.*

Neste sentido, o Deputado social democrata defendeu a adopção pelo Parlamento Europeu das seguintes recomendações:

- a adopção de medidas que prevejam **regras mínimas**, a nível europeu, quanto aos elementos constitutivos das infracções penais e respectivas sanções, no domínio do terrorismo;
- a **supressão do procedimento formal de extradição** entre os Estados Membros;



Deputados do PSD assinando o Livro de Condolências pelas vítimas dos atentados de Washington e Nova York

- a criação dum **mandato europeu de busca e captura**, para efeito do combate ao terrorismo;
- a aplicação do princípio do **reconhecimento mútuo das decisões penais**;
- a adopção dos instrumentos jurídicos apropriados para que haja uma aproximação das legislações nacionais no que diz respeito à **indemnização das vítimas de actos terroristas.**

Pacheco Pereira critica Guterres

“As intervenções que eu tenho ouvido do primeiro-ministro envergonham-me como português (...)

António Guterres é dos primeiros-ministros europeus, de um país que faz parte da NATO, que sabe perfeitamente qual é o significado da invocação das cláusulas jurídicas do Tratado, que é um aliado dos Estados Unidos, que depende dos Estados Unidos para a sua defesa, que ainda há pouco tempo beneficiou da solidariedade internacional na questão de Timor (...) agora põe-se com um discurso que é muito mais crítico dos americanos, embora condene os actos terroristas.

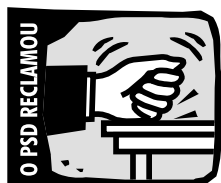
(...)

Na prática, é essencialmente crítico da resposta que os americanos se preparam para dar. Com amigos destes não é preciso inimigos.

(...)

é exactamente o tipo de resposta titubeante, fraca, medrosa que os governantes portugueses não devem dar. Isto é uma questão séria. Aqui é que se vê quem são os homens de Estado”.





Regina Bastos defende diálogo social

A Deputada Regina Bastos defendeu que *“o diálogo social no espaço da União é um factor indispensável da própria construção europeia. Daí a necessidade de rever a directiva sobre os Conselhos de Empresa Europeus em empresas de dimensão comunitária”*.

Regina Bastos, que participou no debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre o estado de aplicação da directiva relativa à instituição de um Conselho de Empresa Europeu ou de um procedimento de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária, destinados a informar e a consultar os trabalhadores, salientou que *“desde 1994, foram criados 650 Conselhos de Empresa Europeus, por contraste com os cerca de 40 anteriormente existentes”*.

Regina Bastos afirmou que, *“entretanto, ocorreram enormes mudanças no mercado de trabalho europeu, a exigir novas respostas, como a definição rigorosa dos conceitos de informação e de consulta dos trabalhadores, em empresas de dimensão comunitária, fazendo com que estas ocorram em tempo útil e relevante para uma posterior decisão”*.



Orçamento 2002: Costa Neves discorda do Conselho

O Deputado Carlos Costa Neves, afirmou que *“nos meses que nos separam de Dezembro temos muito trabalho a fazer, na busca do entendimento necessário quanto ao Orçamento para 2002. Na verdade, as posições das instituições europeias estão, por agora, bem distantes em aspectos relevantes”*.

Costa Neves, na qualidade de Relator-Geral do Parlamento Europeu para o Orçamento da União Europeia para 2002, reagiu à apresentação da proposta de Orçamento do Conselho afirmando que *“o Parlamento se baterá por duas questões essenciais: assegurar rigor e transparência ao Orçamento e à sua execução e só tomar posição se e na medida em que dispuser da informação necessária”*.

Neste contexto, Costa Neves deixou, *“mais uma vez, perfeitamente claras as objecções que o*

Parlamento Europeu continua a ter à proposta do Conselho” no âmbito da agricultura, dos Fundos Estruturais, no domínio das políticas internas, das acções externas e das despesas administrativas.

Para Costa Neves, *“a execução de orçamentos anteriores não é de molde a deixar-nos tranquilos para o futuro. Face a anunciadas dificuldades de satisfazer alguns velhos ou novos compromissos, acrescentou, como é possível aceitar que, em 2000, se tenha devolvido, aos Estados Membros, praticamente 10.000 milhões de euros que ficaram por utilizar?”*

Por um lado, discute-se mais euro, menos euro. Por outro lado, ficam por utilizar 12% do orçamento de 2000... O que, só por si, dá bem nota de quanto o Parlamento tem de assumir, cada vez mais, o efectivo controle da execução do Orçamento”.



Carlos Coelho: Lutar contra a cibercriminalidade

O Deputado Carlos Coelho afirmou, em Estrasburgo que *“as novas tecnologias de informação e comunicação têm um impacto fundamental na vida quotidiana dos cidadãos e na própria economia das nossas sociedades, tornando-se, assim, imprescindível que haja uma protecção rigorosa contra eventuais abusos ou mesmo actos criminosos - cibercriminalidade - quer ao nível dos direitos fundamentais e privacidade dos cidadãos, como também ao nível dos serviços de interesse geral, das transferências bancárias, investimentos, fraudes com cartões de crédito, entre outros”*.

Carlos Coelho apoiou *“uma estratégia europeia que seja coerente e que, por um lado, assegure a liberdade do mercado e reforçe a segurança dos serviços e das infraestruturas de informação, e por outro lado, lute contra as actividades criminosas que afectam não só os interesses dos cidadãos individualmente considerados, como também o próprio interesse público”*.

Referindo-se ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das telecomunicações, Carlos Coelho defendeu *“um equilíbrio entre a protecção da vida privada, os aspectos jurídicos e os interesses da indústria”*.

Carlos Coelho sublinhou que *“a vigilância electrónica, em geral ou para fins de exploração, feita em larga escala não pode ser permitida”*.



PE aprova Relatório Almeida Garrett sobre o Provedor de Justiça

O Parlamento Europeu aprovou, em sessão plenária, o Relatório da Deputada Teresa Almeida Garrett sobre o Estatuto do Provedor de Justiça europeu.

Na apresentação do seu Relatório, Teresa Almeida Garrett sublinhou que *“recentemente, a Carta dos Direitos Fundamentais reconheceu a todos os cidadãos europeus o direito à boa administração. E este é para nós um objectivo central da construção da Europa. E como tal é um território que nos une a todos, em que todos estamos do mesmo lado, funcionários e políticos, administrados e administradores. Desde 1994 que os cidadãos europeus têm o seu Provedor e sabem que podem contar com ele e com a sua intervenção, competente e criteriosa, na defesa dos seus direitos e na procura inteligente e incansável, de ajudar a corrigir e a melhorar a actuação da administração comunitária”*.

Para Teresa Almeida Garrett, *“o que está em causa é apenas a adaptação do articulado do Estatuto ao novo ambiente normativo que, felizmente, tem vindo a dar passos importantes na construção de uma verdadeira Europa dos cidadãos, reforçando a urgência de uma administração moderna, cada vez mais aberta e transparente. Ao clarificar os poderes de investigação do Provedor de Justiça, ao dar-lhe todos os meios de acesso aos documentos e à obtenção da verdade, estamos seguros de melhorar as condições de funcionamento da administração e de estreitar a proximidade dos cidadãos às diferentes instituições europeias.*



Moreira da Silva sobre as Alterações Climáticas

O Deputado Jorge Moreira da Silva afirmou em Estrasburgo que *“a Conferência de Bona enviou três mensagens políticas da maior importância: Uma no plano ambiental, outra no plano económico e outra ainda ao nível da governança”*.

Para Moreira da Silva, Relator do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas e que chefiou a delegação do Parlamento à Conferência de Bona, *“no plano ambiental, esta Conferência ficará para a história do dossier das Alterações Climáticas como aquela que encerrou as conversações e negociações que se arrastavam há já dez anos e que permitiu que finalmente passássemos à acção.*



Sem um acordo político, em Bona, o Protocolo de Quioto estaria morto e teríamos de perder mais dez anos no desenho de uma política global de redução das emissões de gases com efeito de estufa”.

Moreira da Silva sublinha que *“a segunda mensagem de Bona é sobre a mudança de paradigma económico. Da Economia do Fogo, assente na combustão, tão presente nos sectores da energia, transportes e indústria, para a Economia do Carbono.*

A terceira mensagem de Bona é sobre a Globalização. Mais do que um dossier ambiental, as Alterações Climáticas transformaram-se numa questão simbólica da regulação da globalização.

Bona, mais do que Génova, provou que, desde que encontremos soluções comuns para problemas globais, é possível, em simultâneo, aproveitar as enormes vantagens do nosso modelo de sociedade globalizado e proteger o meio ambiente”.



Vasco Graça Moura: "Preservar a herança cultural comum"

O Deputado Vasco Graça Moura defendeu, no Plenário do PE em Estrasburgo, que *“no plano europeu, as instituições deveriam preocupar-se fundamentalmente com as implicações da herança cultural que é comum a toda a Europa e saber evitar a confusão com as políticas nacionais, que são desenvolvidas pelos Estados membros, sem prejuízo, claro está, do estímulo ao diálogo multilateral entre as respectivas criações contemporâneas.*

Uma política cultural europeia, acrescentou, deve contribuir para colocar dinamicamente o imenso e multimodo património cultural da Europa ao alcance dos seus cidadãos”.

“A política cultural da Comissão, nomeadamente na execução do programa-quadro Cultura 2000, deveria evitar uma certa margem de flutuação dos critérios de selecção das candidaturas.

Graça Moura salientou que *“estamos a falar de uma política europeia da cultura e não de políticas nacionais.*

Estas, de resto, são também contempladas em medida importante por via dos fundos estruturais, pelo que faz sentido tomar em consideração a dupla natureza dos recursos envolvidos, mas separar metodologicamente os campos de incidência de uma política europeia da cultura, por um lado, e do conjunto das políticas nacionais, por outro”.



Carlos Coelho: "Dar força aos que em Angola querem a paz"

O Deputado Carlos Coelho, no Plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo, afirmou "*condenar a Unita com a mesma independência com que em Fevereiro do ano passado condenámos o MPLA e o Governo de Angola pela perseguição a jornalistas*".

Mas, acrescentou, "*mais importante do que condenar quem teimosamente continua a fazer a guerra e criticar os dois lados que prosseguem numa via de confronto, pode ser mais útil encorajar a paz. Este Parlamento pode contribuir para dar alento a todos quantos em Angola estão fartos da guerra e querem um futuro melhor*".

Carlos Coelho, que assinou, juntamente com outros colegas a proposta de atribuição do Prémio Sakharov ao Senhor D. ZACARIAS KAMUENHO, Arcebispo de Lubango e Presidente da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, "*apelou a todos para que, através deste gesto se possa reforçar os que em Angola querem a paz*".

Carlos Coelho manifestou a sua preocupação por "*uma vez mais se discutir Angola no Parlamento Europeu porque as notícias são frequentes e sempre tristes. A última refere-se a um ataque a 3 viaturas de passageiros no Cuanza Sul no passado domingo que matou dezenas de pessoas. Atentado que ainda não foi reivindicado.*

Antes tinha sido o ataque ao comboio que aqui condenamos, ataque reivindicado pela Unita e que fez mais de 2 centenas de mortos.

São vidas desperdiçadas, sangue inocente que jorra, violência que não podemos deixar de condenar".

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int



Portugal é, a seguir à Grécia, o país da UE menos informado sobre o Euro (*Eurobarómetro*)



Só 73% dos cidadãos europeus sabem que o Euro começa a circular dentro de 3 meses — 1. Janeiro.2002 (*idem*)



Um em cada cinco europeus afirmam desconhecer o significado da moeda única (*idem*)

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luís Fernandes e Sandra Nunes

Ilustrações: Júlio Pisa

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551